



A UNIÃO

R\$ 1



"Paraíba, terra amada"

João Pessoa, domingo, 29 de outubro de 2006

[ANO CXIII - NÚMERO 181]

IBOPE APONTA VITÓRIA DE CÁSSIO

INSTITUTO FAZ A SEGUNDA PESQUISA NO 2º TURNO PARA GOVERNADOR E CONFIRMA VANTAGEM DE CÁSSIO SOBRE MARANHÃO COM MARGEM DE 8 PONTOS NOS VOTOS VÁLIDOS. PERCENTUAL TRADUZIDO EM NÚMEROS REPRESENTA DIFERENÇA SUPERIOR A 100 MIL VOTOS.

p4 e p5

54%

46%

VOTOS VÁLIDOS
Estes dois percentuais da pesquisa se referem aos votos válidos e, portanto, excluem nulos, brancos e indecisos



mais

Lula e Alckmin disputam votos de 126 milhões e dez estados escolhem governadores em 2º turno

DIRETAS**FORMULÁRIO DE JUSTIFICATIVA ESTÁ DISPONÍVEL EM NOVE POSTOS EM JOÃO PESSOA**

O formulário de requerimento de justificativa é gratuito e já está a disposição em todos os cartórios eleitorais e no site do TRE-PB (www.tre-pb.gov.br). Os formulários também poderão ser encontrados, no dia do 2º turno, hoje, nas seções eleitorais e nos postos de justificativas, para agilizar, o formulário poderá ser preenchido antecipadamente.

Confira os endereços dos 9 Postos de justificativa eleitoral em João Pessoa:

01 - Shopping Sul - Av. Sérgio Guerra, 900 - Bancários;

02 - Sesc - Centro de Veraneio dos Comerciantes - Av. Cabo Branco, 2788 - Cabo Branco;

03 - Empresa Paraibana de Turismo S/A - Centro Turístico - Av. Almirante Tamandaré, 100 - Tambaú;

04 - Iate Clube da Paraíba - Av. Argemiro de Figueiredo, 5059 - Bessa;

05 - Centro de Assistência Integrado à Criança - CAIC - Av. Hilton Souto Maior, S/N - Mangabeira (ao lado da CEHAP);

06 - Fórum Des. José Flósculo da Nóbrega - Av. Josefa Taveira, S/N - Mangabeira I;

07 - Fundação Bracesco - Rua Mariângela Lucena Peixoto, 683 - Valentina I;

08 - CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - Rua Adauto Toledo, S/N - Ernesto Geisel;

09 - Posto de Saúde José Américo de Almeida - Rua Leila Diniz, S/N - José Américo.

ELEITOR TEM 60 DIAS PARA JUSTIFICAR VOTO PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL

De acordo com o Código Eleitoral, o eleitor que não votar e não se justificar perante o juiz eleitoral em até 60 dias após a eleição, deverá pagar multa.

A multa tem por base de cálculo o valor de 33,02 Ufirs (R\$ 35,13), e é fixada entre o mínimo de 3% e o máximo de 10% desse valor, girando em torno de R\$ 1,06 a R\$ 3,51.

A falta pode acarretar, inclusive, em cancelamento do título eleitoral de quem não votar ou justificar o voto em três turnos consecutivos de eleições.

Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a multa respectiva ou de que se justificou devidamente, o eleitor não pode tirar documentos de identidade ou passaporte; renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial; inscrever-se em concurso público; participar de concorrências em órgãos públicos; praticar qualquer ato que exija quitação do serviço militar ou imposto de renda.

MULHERES SOMAM 1,3 MILHÃO E REPRESENTAM 52,45% DO ELEITORADO PARAIBANO

A Paraíba tem hoje 2 milhões, 573 mil e 766 de eleitores, número 4% maior em relação a eleição passada. Desse universo, 52,45% são mulheres, ou, em números, um milhão, 349 mil e 897 do eleitorado paraibano é do sexo feminino. Por outro lado, os homens representam 47,53% ou, 1 milhão, 223 mil e 190 eleitores.

João Pessoa é o maior colégio eleitoral do Estado, com 430.643 pessoas aptas a votar, seguida por Campina Grande, com 253.683, Santa Rita (78.716), Bayeux (65.908), e Patos (62.371). O município com menor número de eleitores é Coxixola, onde apenas 1.312 cidadãos devem se dirigir às urnas eletrônicas. No Estado são 1.806 locais de votação e 8.947 seções espalhadas nos 233 municípios.

A faixa etária mais representativa para as eleições 2006 na Paraíba está entre os 18 e 30 anos de idade, com 919 mil e 470 eleitores. Acima dos 30 e até os 45 anos, são 748.965 eleitores. Outra faixa muito significativa para este pleito está no grupo dos 56 aos 70 anos, onde 334.312 pessoas podem exercer o direito de eleger seus candidatos. Em seguida aparece a faixa etária das pessoas que têm dos 46 aos 55 anos, com 326.359 e finalmente eleitores que têm o voto facultado, ou seja, acima de 70 anos (146.223) e até os 17 anos de idade (98.437).

"Parece que alguns candidatos desandaram no guia"

Abraham Lincoln da Cunha Ramos, DESEMBARGADOR E PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, EM ENTREVISTA A ESTE JORNAL NAS ELEIÇÕES DESTA ANO.

Lei Seca sofre alteração

A Secretaria de Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba alterou e ampliou o período de vigência da "Lei Seca" para o segundo turno das eleições, que será realizado hoje.

A Portaria nº 1289/2006, publicada no Diário da Justiça, desta quinta-feira (26), estabelece a proibição da venda de bebidas alcoólicas no varejo, entre às 6h às 20h referentes ao dia da votação. No primeiro turno, a Secretaria de Segurança proibiu o comércio de bebidas apenas das 7 até às 18h.

De acordo com o ato normativo assinado pelo secretário Harrison Targino, quem desobedecer a determinação estará sujeito as penalidades previstas nos Códigos Penal e Eleitoral.

O documento considera a necessidade de garantir a tranquilidade e maior segurança para o exercício do democrático direito do voto e manifestação.



Neste domingo (29), os eleitores brasileiros voltam às urnas em todo o Brasil para decidir quem ocupará os cargos de presidente da República e de governador em dez Estados da Federação nos próximos quatro anos. A população de 16 Estados e do Distrito Federal escolheu seus próximos governantes em primeiro turno no último dia 1º de outubro. Os representantes para os cargos de senador, deputado federal, estadual e distrital também já foram escolhidos em turno único, em data coincidente ao primeiro turno da disputa para o Executivo federal e o estadual.

Para que um candidato a presidente da República ou a governador fosse eleito sem a necessidade de disputar um segundo turno, ele teria de conquistar em primeiro turno a maioria dos votos válidos - aqueles efetivamente dirigidos aos candidatos - do pleito que disputou.

Como isso não ocorreu em dez Estados e na disputa presidencial, as eleições continuam em segundo turno, com os dois candidatos mais votados para cada cargo. No caso de eleições majoritárias, votos brancos e nulos não têm nenhum valor decisório, são apenas contabilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na disputa presidencial, passaram para o segundo turno o candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva, com 48,61% dos votos válidos, e o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, com 41,64% da preferência dos eleitores. Já a senadora Heloísa Helena - candidata pelo PSOL - conquistou 6,85% dos votos e o senador Cristovam Buarque - candidato pelo PDT - obteve 2,64%.

A população de dez Estados - Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina - vai decidir amanhã quem vai ocupar os governos no próximo mandato.

Participaram do primeiro turno das eleições cerca de 105 milhões dos quase 126 milhões de brasileiros aptos a votar. No Brasil, o voto é obrigatório para cidadãos entre 18 e 70 anos e facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos e jovens entre 16 e 18 anos. Os mandatos para presidente da República e para governador duram quatro anos e começam no próximo dia 1º de janeiro de 2007.

PRESIDÊNCIA

É DISPUTADA POR LULA E ALCKMIN

QUASE 126 MILHÕES DE ELEITORES ESTÃO HABILITADOS A ESCOLHER, EM SEGUNDO TURNO, QUEM GOVERNARÁ O PAÍS PELOS PRÓXIMOS ANOS. EM 10 ESTADOS, A DISPUTA É PARA GOVERNADOR



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceu o primeiro turno, mas precisou enfrentar nova disputa no segundo turno com o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin



RAIO X

Brasil

125.913,479 eleitores

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Vice: José Alencar

Teve **48,61%** dos votos no 1º turno

Currículo:

Lula começa a trabalhar aos 12 anos, como engraxate e entregador de uma tinturaria. Seu primeiro trabalho com carteira assinada foi em uma metalúrgica, quando ele tinha 14 anos. Em 1963, conclui curso de torneiro mecânico no Senai. Em 1966, na Indústria Villares, inicia militância sindical. Em 1972, é eleito primeiro secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Entre 1975 e 1978, assume por duas vezes a presidência do sindicato. Em fevereiro de 1980, Lula, intelectuais, sindicalistas e acadêmicos fundam o Partido dos Trabalhadores. Três anos mais tarde, ele participa da fundação da CUT. Em 1986, é o candidato mais votado à Assembleia Nacional Constituinte. Disputou três vezes a Presidência da República até que, na quarta vez, se elegeu.

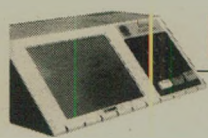
Geraldo Alckmin (PSDB)

Vice: Senador José Jorge (PFL)

Teve **41,64%** dos votos no 1º turno

Currículo:

O tucano começou a carreira política em Pindamonhagaba. Se elegeu vereador em 1972 pelo antigo MDB e, em seu primeiro mandato como vereador, chegou a ser presidente da Câmara Municipal. Foi prefeito de Pindamonhagaba no período 1973-1976. Depois foi deputado estadual (1983-1987) e deputado federal (1987-1990-1991-1994). Em 1994, elegeu-se vice-governador em São Paulo na chapa encabeçada por Mário Covas. Quatro anos depois, a dupla tucana conseguiu a reeleição no Estado. Em março de 2001, Alckmin assumiu o Governo de São Paulo após a morte de Mário Covas. No ano seguinte, foi reeleito governador do Estado e permaneceu no cargo até 30 de março de 2006, quando apresentou carta de renúncia, já que dias antes, em 14 de março, havia sido oficializado pelo PSDB como candidato do partido à Presidência.



Hoje, mais de dois milhões e meio de eleitores paraibanos vão às urnas escolher quem comandará os destinos da Paraíba pelos próximos quatro anos. O eleitor tem duas opções na urna eletrônica; o candidato à reeleição Cássio Cunha Lima e o senador José Maranhão, que já teve a oportunidade de governar o Estado por dois mandatos.

Candidato à reeleição pela Coligação por Amor à Paraíba, o governador Cássio Cunha Lima saiu na frente para o segundo turno das eleições 2006 no Estado. No primeiro turno ele obteve 943.922 votos (49,67%), contra o segundo colocado, José Targino Maranhão com 926.272 (48,74%) de votos. Uma diferença de aproximadamente 18 mil votos.

Em todas as parciais do TRE no primeiro turno o governador-candidato, que tenta seu segundo mandato, manteve a diferença de quase 20 mil votos em relação a José Maranhão. Em Campina Grande o candidato do PSDB conseguiu quase 70% dos votos válidos. A votação em Campina e parte expressiva do interior do Estado foi decisiva para a performance eleitoral do governador. Em Campina, ele venceu com 136.706 votos (66,70%), contra 63.970 votos para o peemedebista José Maranhão (31,51%). "Faltou uma penha de nada para a vitória no primeiro turno", repetiu Cássio em diversas entrevistas ao término da apuração no dia 1º de outubro.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, informou que 77 juizes titulares, mais 94 magistrados substitutos e cerca de 1.200 funcionários voltam a trabalhar neste segundo turno, dando cobertura total às 10.028 urnas distribuídas em 8.010 seções e espalhadas nos 1.731 locais de votação dos 223 municípios paraibanos.

Além da Paraíba, acontece segundo turno para governador nos Estados de Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraná, Pará e Goiás. Por volta das 21h deste domingo os nomes dos dez governadores e do presidente devem ser conhecidos. O TRE também vai disponibilizar um telão instalado no Parque Solon de Lucena (Lagoa) para que a população possa acompanhar a apuração dos votos em tempo real.

CÁSSIO

SAI NA FRENTE

GOVERNADOR GANHA O PRIMEIRO TURNO E AGORA DISPUTA NOVO MANDATO COM O SENADOR JOSÉ MARANHÃO

© FOTOS: ORTILO ANTÔNIO



No 1º turno, Cássio (E) obteve 943.922 votos (49,67%), contra o 2º colocado, José Maranhão (D), com 926.272 (48,74%) dos votos



RAIO X

Paraíba

2.573.766 eleitores

Cássio Cunha Lima (PSDB)
Vice: José Lacerda Neto (PFL)

Nascimento:
05/04/1963, em Campina Grande (PB)

Estado civil
Casado

Coligação
Por Amor à Paraíba (PSDB-PFL-PT do B-PL-PTE-PP-PTN e PTC)

Patrimônio declarado
R\$ 499 mil

Previsão de gasto na campanha
R\$ 4,8 milhões

José Targino Maranhão (PMDB)
Vice: Luciano Cartaxo (PT)

Nascimento:
06/09/1936, em Araruna (PB)

Estado civil
Casado

Coligação
Paraíba de Futuro (PMDB/PSB/PT/PC do B/PRB)

Patrimônio declarado
R\$ 23 milhões

Previsão de gasto na campanha
R\$ 5,9 milhões



A eleição no Rio Grande do Norte pode consolidar a figura da atual governadora e candidata à reeleição Wilma de Faria (PSB) ou devolver o domínio da política potiguar à família Alves, representada pelo candidato Garibaldi Alves (PMDB). Apesar das pesquisas apontarem Wilma como favorita, a reeleição está muito ameaçada pelo seu concorrente.

De acordo com Vox Populi, divulgada em 24 de outubro, Wilma Faria está com 54% das intenções de voto contra 40% do senador Garibaldi Alves (PMDB). Os votos brancos e nulos somam 3%. O índice de eleitores indecisos também é 3%. Wilma venceu apertado no primeiro turno, com 49,57% dos votos válidos. Pouco mais de 10 mil votos a diferenciaram do candidato Garibaldi Alves, que obteve 48,6% dos votos válidos.

Investimentos maciços na área social e uma administração marcada pela "participação popular" são ainda as principais propostas da governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria (PSB), que tenta se reeleger para o segundo mandato. Em 2002, a socialista tornou-se a primeira mulher a governar o Estado, e conseguiu a proeza de tirar do poder a família Alves, tradicional clã da política potiguar que dominava o Estado há décadas e apoiava, naquela eleição, o candidato Fernando Faria (PPB).

Garibaldi Alves disputa pela terceira vez o governo do Rio Grande do Norte. O ex-senador também está com chances de vencer as eleições. No último ano, o ex-senador viu suas aparições na mídia nacional duplicarem ao se tornar relator da CPI dos Bingos, apelidada pelos parlamentares da base governista de "CPI do Fim do Mundo", por reunir diferentes linhas de investigação.

A comissão encerrou as atividades em junho, após mais de um ano, e resultou no pedido de indiciamento de 79 pessoas, entre as quais o ex-presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, acusado de pagar uma dívida do presidente Lula com dinheiro de origem obscura, e do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, por irregularidades cometidas quando era prefeito de Ribeirão Preto (SP). Wilma Faria apóia Luiz Inácio Lula da Silva rumo à reeleição ao Planalto, enquanto que Garibaldi pede voto para o tucano Geraldo Alckmin.

WILMA TEM BOA VANTAGEM

CANDIDATA DO PSB LIDERA AS PESQUISAS, MAS GARIBALDI DO PMDB TAMBÉM CANTA VITÓRIA

REPRODUÇÃO



Wilma Faria e Garibaldi se cumprimentam durante o último debate realizado pela Rede Globo, no dia 26



RAIO X

Rio Grande do Norte

2.101.144 eleitores

■ Wilma Maria de Faria (PSB)

Vice: Iberê Poiva Ferreira de Souza (PSB)

Tem **54%** das intenções de voto (Vox Populi 24/10)

Nascimento:
17/02/1945, em Mossoró (RN)

Estado civil
Divorciada

Coligação
Vitória do Povo (PSB-PTB-PT-PL-PPS-PHS-PMN-PC do B e PT do B)

Patrimônio declarado
R\$ 1.554.809,90

Previsão de gasto na campanha
R\$ 5 milhões

■ Garibaldi Alves (PSB)

Vice: Ney Lopes de Souza (PFL)

Tem **40%** das intenções de voto (Vox Populi 24/10)

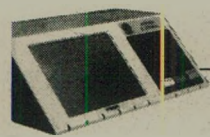
Nascimento:
04/02/1947, em Natal (RN)

Estado civil
Casado

Coligação
Vontade Popular (PMDB/PFL/PP/PRP/PTN)

Patrimônio declarado
R\$ 816.038,33

Previsão de gasto na campanha
R\$ 4,1 milhões



Neto do ex-governador Miguel Arraes, o ex-ministro Eduardo Campos (PSB) enfrenta o atual governador Mendonça Filho (PFL), pelo Governo do Estado de Pernambuco. Campos vem sendo considerado uma ameaça ao domínio do grupo político do senador eleito e ex-governador do estado Jarbas Vanconcelos.

Jarbas governou Pernambuco de 1999 até o início deste ano, quando deixou a cadeira para o vice Mendonça Filho (PFL), que disputou com Eduardo Campos. Com a vitória de Campos, a família influente de Miguel Arraes retornaria ao comando do Estado. As pesquisas apontam vitória do neto de Arraes. Ele está com 60% das intenções de voto, contra 33% de Mendonça Filho. Os votos brancos e nulos somam 4%. O índice de eleitores indecisos também é de 4%.

No primeiro turno, Mendonça Filho ganhou a eleição com 39,32% dos votos válidos. Eduardo Campos obteve 33,81 da preferência dos eleitores e agora é apontado nas pesquisas como o futuro governador.

Entre as principais propostas de Eduardo Campos para governar o Estado de Pernambuco estão: melhorar a estrutura da saúde pública, recuperando os 12 hospitais regionais e construindo três novos hospitais de emergência nas entradas da Região Metropolitana da Capital; Levar uma base avançada de conhecimento e de inovação tecnológica para as várias regiões do Estado; Implantar faculdades e centros de vocações tecnológicas vinculadas à vocação econômica de cada região; e; Reestruturar a política de Segurança Pública para conter a escalada da violência.

Já Mendonça Filho pretende implantar 50 escolas integrais até 2010; Criar o Sistema Estadual Integrado de Agências do Trabalho e ampliar os serviços das Agências do Trabalho para os pólos econômicos do interior e municípios com mais de 25.000 habitantes e; Integrar e articular no território as ações de combate à violência juvenil e de inclusão social dos jovens de 15 a 24 anos.

Com um eleitorado superior a cinco milhões de votos, o Estado de Pernambuco, a exemplo do primeiro turno, em 1º de outubro, deverá, mais uma vez, ter uma eleição tranquila. No último debate entre os candidatos, os mesmos receberam a ética nas discussões, recebendo o aplauso popular. Apesar das diferentes ideologias políticas, os dois candidatos garantem uma disputa bem acirrada.

CAMPOS TEM MAIS CHANCES

NETO DE ARRAES É O FAVORITO PARA VENCER, MAS MENDONÇA FILHO APOSTA NUMA REAÇÃO



REPRODUÇÃO

Mendonça Filho e Eduardo Campos disputam os votos do eleitorado pernambucano rumo ao Governo do Estado



RAIO X

Pernambuco

5.834.512 eleitores

■ Eduardo H. Accioly Campos (PSB)

Vice: João Lyra Neto (PSB)

Tem **60%** das intenções de voto

Nascimento:

10/08/1965, em Recife (PE)

Estado civil

Casado

Coligação

Frente Popular de Pernambuco (PP-PDT-PSC-PL-PSB)

Patrimônio declarado

R\$ 557.471,77

Previsão de gasto na campanha

R\$ 8 milhões

■ José Mendonça B. Filho (PFL)

Vice: Evandro Avelar (PSDB)

Tem **33%** das intenções de voto

Nascimento:

12/07/1966, em Recife (PE)

Estado civil

Casado

Coligação

União por Pernambuco (PMDB-PTN-PPS-PFL-PHS-PSDB)

Patrimônio declarado

R\$ 1,016 milhão

Previsão de gasto na campanha

R\$ 15 milhões

Roseana Sarney (PFL) e Jackson Lago (PDT) estão a disputa pelo Governo do Maranhão. A filha do ex-presidente José Sarney chegou ao segundo turno com 47,21% dos votos válidos no primeiro turno, enquanto seu adversário obteve 34,36% da aprovação popular. Roseana lidera nas pesquisas. De acordo com o Ibope, ela tem 51% das intenções de voto contra 45% de Jackson Lago (PDT). Brancos e nulos somam 2%, mesmo índice de eleitores indecisos.

Como estratégia do 2º turno, a candidata Roseana Sarney (PFL) decidiu contrariar o próprio partido e "colar" sua imagem à do presidente Lula (PT). Ela está preste a ser expulsa do seu partido. Jackson Lago, candidato do PDT, pretende tomar o controle dos aliados da família Sarney no estado. Ele optou pela neutralidade: o pedetista pretende ter como parceiro qualquer um dos dois candidatos que vencer a disputa presidencial.

Filha e herdeira política do ex-presidente José Sarney (PMDB), Roseana foi a primeira mulher eleita governadora de um Estado brasileiro, em 1994, reelegendo-se em 1998 ainda no primeiro turno, com cerca de 66% dos votos. Candidata pela terceira vez ao governo do Maranhão, Roseana Sarney lidera com folga a disputa pelo cargo.

Jackson Lago (PDT) é ex-prefeito de São Luís por três mandatos. Ele concorre pela segunda vez a governador do Estado. Em 2002, as pesquisas indicavam empate técnico com o primeiro colocado, mas José Reinaldo Tavares (PSB) acabou vencendo no primeiro turno, com 51,05% dos votos válidos.

Entre as principais propostas de Roseana Sarney estão: construção de cinco hospitais regionais de urgência e emergência; melhoria do Ensino Médio com introdução da qualificação profissional de jovens e adultos, e; recuperação das estradas estaduais. Já Jackson Lago pretende fortalecer o programa Saúde da Família e construir e readequar hospitais de urgência e emergência; articular programas de educação, capacitação, acesso ao crédito e programas de incubação de empresas; abrir concursos para contratação de professores, merendeiras e auxiliares administrativos para o setor de educação, além de valorizar os profissionais com criação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

ROSEANA É A GRANDE FAVORITA

FILHA DO EX-PRESIDENTE SARNEY LIDERA PESQUISAS NO ESTADO E DEVE VENCER JACKSON LAGO

REPRODUÇÃO



JACKSON LAGO

Candidatos apertam as mãos depois do último debate no turno decisivo das eleições para governador



RAIO X

Maranhão

3.920.608 eleitores

Roseana Sarney Murad (PFL)

Vice: João Alberto de Souza (PMDB)

Tem **51%** das intenções de voto (Ibope)

Nascimento:

01/06/1953, em São Luís (MA)

Estado civil

Casada

Coligação

A Força do Povo (PP-PL-PTB-PMDB-PTN-PSC-PFL-PRTB-PHS-PV-PRP)

Patrimônio declarado

nenhum bem declarado

Previsão de gasto na campanha

R\$ 12 milhões

Jackson Kepler Lago (PDT)

Vice: Luiz Carlos Porto (PPS)

Tem **45%** das intenções de voto (Ibope)

Nascimento:

01/11/1934, em São Luís (MA)

Estado civil

Casado

Coligação

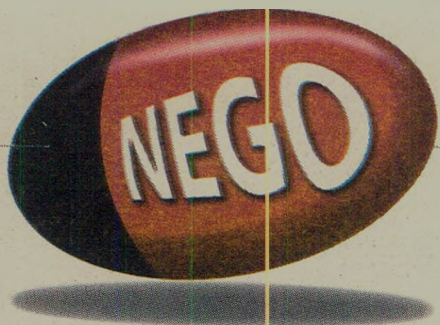
Frente de Libertação do Maranhão (PDT-PPS-PAN)

Patrimônio declarado

R\$ 409.997,55

Previsão de gasto na campanha

R\$ 2,5 milhões



MORADORES DA VILA SÃO VICENTE FORAM OS PRIMEIROS A ESCOLHER SEUS REPRESENTANTES, DE FORMA INDIRETA, ATRAVÉS DAS URNAS

A história do voto no Brasil começou 32 anos após Pedro Álvares Cabral ter desembarcado no País, em 23 de janeiro de 1532. Os moradores da primeira vila fundada na colônia portuguesa, São Vicente, foram às urnas para eleger o Conselho Municipal. A votação foi indireta. O povo elegeu seis representantes, que, em seguida, escolheram os oficiais do Conselho. Naquela época, era proibida a presença de autoridades do Reino nos locais de votação, para evitar que os eleitores fossem intimidados. As eleições eram orientadas por uma legislação de Portugal, o Livro das Ordenações, elaborado em 1603.

Somente em 1821 as pessoas deixaram de votar apenas em âmbito municipal. Na falta de uma lei eleitoral nacional foram observados os dispositivos da Constituição Espanhola para eleger 72 representantes junto à corte portuguesa. Os eleitores eram os homens livres e, diferentemente de outras épocas da história do Brasil, os analfabetos também podiam votar. Os partidos políticos não existiam e o voto não era secreto.

Com a independência do Brasil de Portugal, foi elaborada a primeira legislação eleitoral brasileira, por ordem de D. Pedro I. Essa lei seria utilizada na eleição da Assembléia Geral Constituinte de 1824.

Os períodos colonial e imperial foram marcados por episódios frequentes de fraudes eleitorais. Havia, por exemplo, o voto por procuração, no qual o eleitor transferia seu direito de voto para outra pessoa. Também não existia título de eleitor e as pessoas eram identificadas pelos integrantes da Mesa Apuradora e por testemunhas. Assim, as votações contabilizavam nomes de pessoas mortas, crianças e moradores de outros municípios. Somente em 1842 foi proibido o voto por procuração.

Em 1855, o voto distrital também foi vetado, mas essa lei acabou revogada diante da reação negativa da classe política. Outra lei estabeleceu que as autoridades deveriam deixar seus cargos seis meses antes do pleito e que deveriam ser eleitos três deputados por distrito eleitoral.

Em mais uma medida moralizadora, o título de eleitor foi instituído em 1881, por meio da chamada Lei Saraiva, mas os casos de fraude continuaram a acontecer porque o título não possuía a foto do eleitor.

Depois da Proclamação da República, em 1889, o voto ainda não era direito de todos. Menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero estavam impedidos de votar.

O voto direto para presidente e vice-presidente apareceu pela primeira vez na Constituição Republicana de 1891. Prudente de Moraes foi o primeiro a ser eleito dessa forma. Foi após esse período que se iniciou a chamada política do café-com-leite, em que o Governo era ocupado alternadamente por repre-

sentantes de São Paulo e Minas Gerais.

O período da República Velha, que vai do final do Império até a Revolução de 1930, foi marcado por eleições ilegítimas. As fraudes e o voto de cabresto eram muito comuns, com os detentores do poder econômico e político manipulando os resultados das urnas.

GOLPE DE GETÚLIO

A década de 30 iniciou-se com o País em clima revolucionário. A queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, contaminou o mundo, provocando a suspensão dos créditos internacionais no Brasil. O principal produto de exportação, o café, perdeu seu maior mercado consumidor, o norte-americano, levando o setor a uma crise sem precedentes.

Em meio à insatisfação que tomou conta da população, Getúlio Vargas protagonizou o golpe que tirou o presidente Washington Luís do governo. Apesar da crise, havia esperanças de que a cidadania seria ampliada e de que haveria eleições livres e diretas. A presença feminina, cada vez mais marcante, chegou às urnas. Em 1932, foi instituída uma nova legislação eleitoral e as mulheres conquistaram o direito ao voto.

Foi também no início da década de 30

que o voto passou a ser secreto, após a criação do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, mas esses avanços duraram pouco.

No final de 1937, após o golpe militar, Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, uma ditadura que se prolongou até 1945. Durante oito anos, o brasileiro não foi às urnas uma única vez, o Congresso foi fechado e o período foi marcado pelo centralismo político.

Depois da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos aliados, era grande a pressão pela volta à democracia, o que levou Vargas a permitir a reorganização partidária e a convocar eleições. Em dezembro de 1945, o general Dutra foi eleito com 54,2% dos votos. Foram utilizadas cédulas eleitorais impressas com o nome de apenas um candidato, que eram distribuídas pelos próprios partidos.

Somente em 1955, a Justiça Eleitoral encarregou-se de produzir as cédulas e para diminuir as fraudes, começou a ser exigida a foto no título eleitoral.

O golpe militar de 1964 impediu a manifestação mais legítima de cidadania, ao proibir o voto direto para presidente da República e representantes de outros cargos majoritários, como governador, prefeito e senador.

Apenas deputados federais, estaduais e vereadores eram escolhidos pelas urnas. O regime que destituiu o presidente João Goulart fechou emissoras de rádio e televisão, e a censura tornou-se prática comum.

Em 1968, o presidente Costa e Silva decretou o Ato Institucional número 5, o AI-5, que deu plenos poderes ao governo. O Congresso foi fechado e diversos parlamentares tiveram seus direitos cassados.

Nesta época, partidos políticos foram extintos e o bipartidarismo foi adotado no País. Foram criados dois únicos partidos, a Arena, que reunia partidos do governo, e o MDB, que aglutinava as oposições. Em 1972, foram restauradas as eleições diretas para senador e prefeito, exceto para as capitais.

Na década de 70, os chamados anos de chumbo desgastaram a imagem dos governos militares, que em 1974 assistiram ao crescimento do MDB nas urnas. Na tentativa de calar a oposição, o governo baixou em 1976 o decreto apelidado de Lei Falcão, em referência ao ministro da Justiça Armando Falcão. Na propaganda eleitoral, foram permitidas apenas fotos dos candidatos e a voz de um locutor anunciando seu currículo.

A HISTÓRIA

do VOTO

RELÍQUIA
Urna, feita em madeira pertencente ao acervo do TRE-PB, foi uma das primeiras a ser utilizada pelos eleitores



CRONOLOGIA DO VOTO

Abaixo, a jornada que percorreu o exercício do voto até os dias atuais, quando é utilizada a urna eletrônica:

1824

Pela Constituição de 1824, podem votar homens maiores de 25 anos (21 anos, se casados ou oficiais militares, e independentemente da idade, se clérigo ou bacharel). Mulheres e escravos não votam. É exigida renda mínima de 100 mil réis para ser votante e 200 mil réis para ser eleito. Primeira lei eleitoral do Brasil independente.

1846

Os valores de renda para ser eleitor são atualizados: 200 mil réis para ser votante e 400 mil réis para ser eleito.

1842

O alistamento de eleitores passa a ser feito antes do dia das eleições.

1875

Criado o primeiro título de eleitor.

1881

As eleições para Câmara dos Deputados, Senado e Assembléias Provinciais passam a ser diretas.

1882

Exigência de alfabetização para alistamento de novos eleitores.

1889

Fim da exigência de renda para ser eleitor. Redução, para 21 anos, da idade para ser eleitor. Exigência de se saber ler e escrever para ser eleitor.

1985

Concessão, pela primeira vez na história republicana, de direito de voto aos analfabetos. Registro de novos partidos, entre eles os comunistas. Pela primeira vez, todos os prefeitos de capital, estâncias hidrominerais e municípios considerados áreas de segurança nacional são eleitos diretamente.

1934

Redução para 18 anos de idade para ser eleitor. Alistamento e voto passam a ser obrigatórios.

1947

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) perde o registro e deixa de participar das eleições.

1955

A cédula oficial é utilizada pela primeira vez nas eleições para a presidência.

1965

Suspensão das eleições para presidente e fechamento dos antigos partidos.

1980

Fundação de novos partidos.

1982

Volta das eleições diretas para governador.

1986

Recadastramento eleitoral, com informatização do cadastro de eleitores.

1932

O Código Eleitoral concede o direito de voto às mulheres; cria a Justiça Eleitoral; introduz um sistema misto (parte majoritário, parte proporcional) nas eleições para Câmara dos Deputados.

1933

Utilização do envelope oficial (onde o eleitor devia inserir a cédula eleitoral) na eleição.

1937-1945

Suspensão das eleições.

1945

Adoção da representação proporcional nas eleições para Câmara de Deputados, assembléias legislativas e câmaras de vereadores. Primeiras eleições nas quais mais de 10% da população comparece para votar. Eleições multipartidárias para presidente e Congresso.

1962

A cédula oficial é usada pela primeira vez nas eleições para Câmara dos Deputados.

1956-57

Recadastramento eleitoral.

1966

Suspensão das eleições para governador e prefeitos de capitais.

1966-78

Eleições bipartidárias para Câmara dos Deputados, Senado, câmaras municipais e parte das prefeituras.

1988

Voto facultativo para jovens de 16 e 17 anos.

1989

Volta das eleições diretas para presidente. Primeira eleição para o Executivo que utiliza a regra dos dois turnos.

1996

A urna eletrônica é usada em 57 municípios.

1998

Primeira eleição em que o chefe do Executivo pode se reeleger.

2000

Primeira eleição em que todos os eleitores votam na urna eletrônica.

A eleição em Santa Catarina é marcada por um clima de "revanchismo", já que Esperidião Amin (PP) e Luiz Henrique da Silveira (PMDB) são os mesmos que disputaram o Governo do Estado em 2002. Naquela época, Amin terminou na frente no primeiro turno, mas não conseguiu evitar o confronto contra o próprio Luiz Henrique, que venceu a disputa em segundo turno.

As pesquisas apontam nova vitória do peemedebista Luiz Henrique. Com 52% das intenções de voto, ele é tido como o governador eleito. O peemedebista já foi prefeito de Joinville e governador de Santa Catarina. Foi ainda cinco vezes deputado federal, sendo o candidato mais votado do Estado nos pleitos de 1982 (121.434 votos), 1986 (81.368) e 1994 (99.518), e uma vez deputado estadual. Também foi ministro de Ciência e Tecnologia entre 1987 e 1988, no governo de José Sarney.

Esperidião Amin se elegeu pela primeira vez em 1982, quando ganhou o Governo catarinense (somou 838.150 votos), se tornando um dos mais jovens governadores da história do Brasil. Quando assumiu o cargo em 1983, ele tinha 35 anos, próxima da idade mínima (30 anos) exigida pela Constituição Federal. Até hoje, o mais jovem governador de País foi Gilberto Mestrinho, que assumiu o governo do Amazonas aos 31 anos, em 1959.

Luiz Henrique da Silveira apóia o presidenciável Geraldo Alckmin (PSDB). Já Esperidião Amin, que por muito tempo viveu criticando os petistas e o Partido dos Trabalhadores, apóia Luiz Inácio Lula da Silva para o Palácio do Planalto.

Entre as propostas de Luiz Henrique rumo ao Governo Estadual estão: Aprimorar o conceito administrativo de descentralização, promovendo a aproximação dos serviços públicos junto ao cidadão; Projeto para o Fundo Social na Constituição de Santa Catarina. Com este respaldo legal, aumentará a receita do fundo e será possível intensificar as obras por todo o Estado; Ampliar o investimento em infra-estrutura. Fazer com que todos os municípios tenham acessos asfaltados às rodovias. Desenvolver programa "BID 5" para asfaltar 1.000 km.

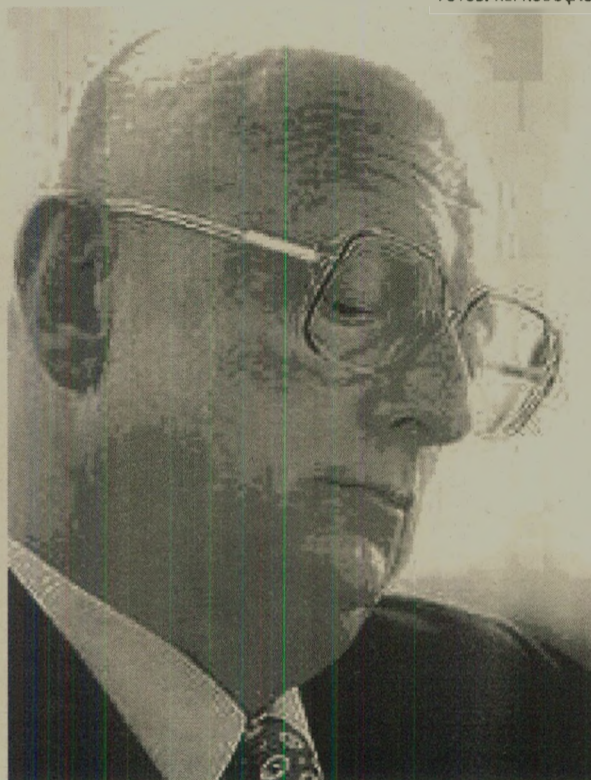
Já Esperidião Amin tem como bandeiras de lutas: Criar o conceito de Escola-Mãe, que se baseia na gestão por indicadores e na busca da excelência na Educação; acabar com as filas para consultas médicas e exames, credenciamento médicos e até de clínicas particulares por um período determinado.

REVANCHE

EMPOLGA OS ELEITORES

ESPERIDIÃO AMIN DO PP E LUIZ HENRIQUE DO PMDB REPETEM O DUELO DA ÚLTIMA ELEIÇÃO

FOTOS: REPRODUÇÃO



Luiz Henrique e Esperidião Amin revivem, neste segundo turno, a eleição de 2002, ocasião em que o peemedebista foi eleito para o Governo do Estado



RAIO X

Santa Catarina

4.168.495 eleitores

Luiz Henrique (PMDB)

Vice: Leonel Pavan (PMDB)

Nascimento:

25/02/1940, em Blumenau (SC)

Estado civil

Casado

Coligação

Todos por Toda Santa Catarina (PMDB-PFL-PSDB-PPS-PRTB-PT do B-PAN-PHS)

Patrimônio declarado

R\$ 589.504,64

Previsão de gasto na campanha

R\$ 15 milhões

Esperidião Amin Helou Filho (PP)

Vice: Hugo Biehl (PP)

Nascimento:

21/12/1947, em Florianópolis (SC)

Estado civil

Casado

Coligação

Salve Santa Catarina (PP-PMN-PV-PRONA)

Patrimônio declarado

R\$ 1.426.770,99

Previsão de gasto na campanha

R\$ 2,7 milhões



TUCANA

MAIS PRÓXIMA DA VITÓRIA

YEDA CRUSIUS DO PSDB DEVE VENCER O CANDIDATO DO PT, SEGUNDO AS PESQUISAS

A exemplo do que ocorre na disputa pela Presidência da República, quando temos um candidato tucano e outro petista, o mesmo ocorre para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A disputa está entre Yeda Crusius (PSDB) e Olívio Dutra (PT). As pesquisas apontam a candidata como favorita ao Governo gaúcho. Ela aparece com 55% das intenções de voto, contra 25% do ex-ministro Olívio Dutra (PT). Os votos brancos e nulos somam 4%. O índice de eleitores indecisos é 6%.

No primeiro turno, a tucana sempre esteve na frente do petista. As pesquisas sempre apontaram ela como favorita ao Governo gaúcho. Em 1º de outubro, ela saiu vitoriosa com 32,9% dos votos válidos. Olívio Dutra obteve 27,39% dos votos válidos. A diferença foi mais de 500 mil votos.

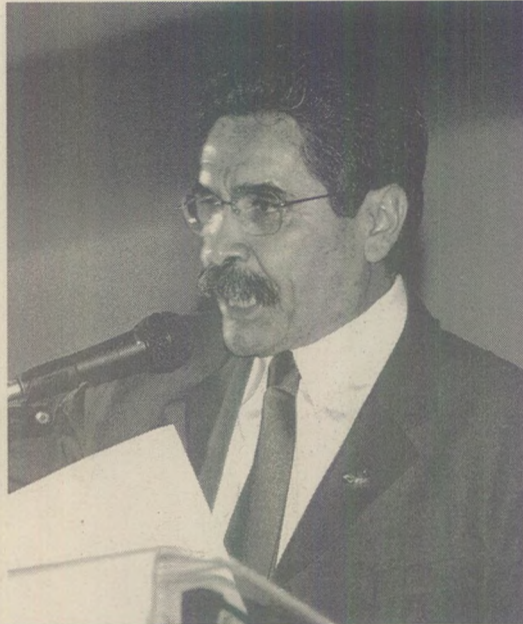
A vitória da candidata Yeda Crusius (PSDB) no Rio Grande do Sul terá um significado importante para o partido, que nunca comandou o governo gaúcho. No caso de Olívio Dutra (PT), a vitória representará a recuperação do PT no Estado após duas derrotas marcantes: perdeu o governo para Germano Rigotto (PMDB) em 2002 e a Prefeitura de Porto Alegre para José Fogaça em 2004.

Yeda Crusius defende uma modernização da gestão pública e qualificação dos serviços públicos; Diminuição de despesas públicas e aumento da arrecadação; Plano de desenvolvimento do setor agropecuário, com destaque para biotecnologia, sanidade animal, diversificação de culturas e cooperativismo.

Já o petista tem como bandeiras de campanha a renegociação da dívida do Estado com a União; combater os sonegadores; tratamento da receita e despesa com a seriedade pertinente e redução dos impostos para setores que mais empregam, além da valorização do diálogo com o orçamento participativo e priorização da inclusão social com investimentos em saúde, educação e segurança pública.

A tucana já foi duas vezes candidata à Prefeitura de Porto Alegre (1996 e 2000). Perdeu ambas as disputas. Em 1996, foi a segunda mais votada, com 167.397 votos (22,34% dos válidos), atrás de Raul Pont (PT), que se elegeu. Esta é a primeira vez que o PSDB teve candidatura própria ao Governo do Rio Grande do Sul.

A vitória de Yeda Rorato Crusius representa a melhoria do desempenho de seu partido no Estado sulista. Em 2002, o PSDB elegeu entre os gaúchos apenas um candidato para a Câmara dos Deputados: a própria Yeda.



FOTOS: REPRODUÇÃO

Olívio Dutra, preferido de Lula, está atrás das pesquisas que apontam Yeda Crusius como favorita ao Governo



RAIO X

Rio Grande do Sul

7.750.583 eleitores

Yeda Rorato Crusius (PSDB)

Vice: Paulo Feijó (PFL)

Nascimento:

26/07/1944, em São Paulo (SP)

Estado civil

Casada

Coligação

Rio Grande Afirmativo (PSC-PL-PPS-PFL-PAN-PRTB-PHS-PTC-PSDB-PRONA-PT do B)

Patrimônio declarado

R\$ 674.400,00

Previsão de gasto na campanha

R\$ 7 milhões

Nome: Olívio de Oliveira Dutra (PT)

Vice: Jussara Rosa Cony (PC do B)

Nascimento:

10/06/1941, em Bossoroca (RS)

Estado civil

Casado

Coligação

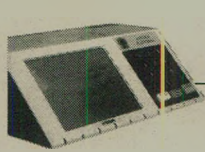
Frente Popular - A Força do Povo (PT-PCdoB)

Patrimônio declarado

R\$ 399.281,65

Previsão de gasto na campanha

R\$ 7 milhões



PMDB e PDT estão na briga pelo Governo do Paraná. Roberto Requião, candidato peemedebista e que conta com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - PT, busca a reeleição e tenta se converter no primeiro político a comandar o Estado por três vezes. É governador desde 2002 e comandou o Estado de 1991 a abril de 1995. Seu adversário é Osmar Dias, irmão do senador Álvaro Dias (PSDB) que tenta alcançar o que o irmão tentou, mas não conseguiu em 2002: derrotar Roberto Requião.

O primeiro turno das eleições foi vencido por Roberto Requião com 42,81% dos votos válidos. Ele totalizou mais de 2,3 milhões das intenções de votos, enquanto o seu concorrente ficou com 38,6 dos votos válidos, totalizando 2.093.161 votos. As pesquisas apontam vitória do governador Roberto Requião com 50% das intenções de votos, contra 45% do seu opositor Osmar Dias. O índice de brancos e nulos foi 2% e o percentual de indecisos, 3%.

Roberto Requião defende combate às desigualdades sociais e à pobreza; Educação com prioridade para erradicação do analfabetismo e ampliação da oferta de cursos técnicos profissionalizantes; Melhoria do sistema de saúde com política de saúde para mulher e redução da taxa de mortalidade infantil.

Osmar Dias tem como algumas propostas "mudar a forma de governar, adotando o diálogo permanente, construindo parcerias e respeitando às pessoas, acabando com as perdas das transições governamentais e modernizando a gestão pública; Melhorar e ampliar as ações educacionais em todos os níveis, priorizando a educação integral e profissionalizante, estruturando redes de conhecimento e promovendo a melhoria da qualidade do ensino de forma geral; Retomar a confiança e credibilidade do governo, apoiar empresas e empreendedores, melhorar a infra-estrutura, promover a inovação tecnológica e implantar ações estruturantes da produção no campo e na cidade".

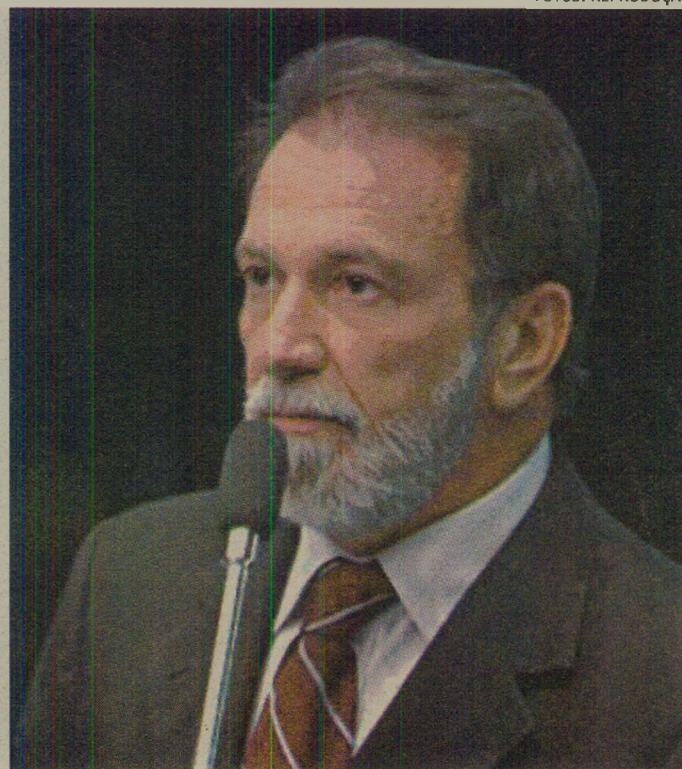
Em 2002, Roberto Requião ganhou no segundo turno das eleições, após ter sido derrotado no primeiro turno para Álvaro Dias (PSDB), irmão de Osmar Dias, candidato que enfrenta o atual governador neste segundo turno. Apesar das pesquisas serem favoráveis a Requião, Osmar acredita em sua vitória.

REQUIÃO

NA FRENTE DAS PESQUISAS

CANDIDATO DO PMDB DISPUTA A REELEIÇÃO CONTRA O SENADOR OSMAR DIAS DO PSDB

FOTOS: REPRODUÇÃO



Requião tenta o terceiro mandato, enquanto Osmar Dias quer mais uma vez o Governo do Estado



RAIO X

Paraná

7.121.257 eleitores

Roberto Requião de Mello Silva (PMDB)

Vice: Orlando Pessuti (PMDB)

Nascimento:

05/03/1941, em Curitiba (PR)

Estado civil

Casado

Coligação

Paraná Forte (PMDB-PSC)

Patrimônio declarado

R\$ 1.406.541,14

Previsão de gasto na campanha

R\$ 15 milhões

Osmar Fernandes Dias (PDT)

Vice: Derli Antônio Donin (PP)

Nascimento:

10/05/1952, em Quatá (SP)

Estado civil

Separado judicialmente

Coligação

Paraná da Verdade (PP-PDT-PTB-PTN-PMN-PTC-PSB-PRONA-PT do B)

Patrimônio declarado

R\$ 3.784.037,29

Previsão de gasto na campanha

R\$ 11 milhões



Se as pesquisas se confirmarem, o atual governador Alcides Rodrigues (PP) será reeleito para mais quatro anos no Estado de Goiás. Ele aparece na frente das pesquisas com 53% das intenções de voto contra 41% do seu adversário, o senador Maguito Vilella (PMDB). Os votos brancos e nulos somam 3%, enquanto que o índice de indecisos também é de 3%, conforme o Ibope.

O PMDB, através do senador Maguito Vilella, que governou Goiás de 1983 a 1994 quer retomar o comando do Governo, porém, o grupo do governador Marconi Perillo (PSDB) pretende se manter no poder por intermédio do Partido Progressista.

O candidato Alcides Rodrigues (PP), vice-governador, assumiu o governo em março, em substituição

Perillo, que decidiu concorrer ao senado. Desde 1999 que Marconi Perillo estava à frente da administração estadual. O principal trunfo do candidato para vencer as eleições é exatamente o apoio de Perillo, que deixou o governo com bons índices de popularidade. Alcides começou a campanha em terceiro lugar, empatado com Demóstenes Torres (PFL).

Maguito Vilella, que já foi governador, tem apoio de outro ex-governador, Íris Resende. Advogado e agricultor, Maguito Vilella (PMDB) é considerado um dos homens fortes do cenário político de Goiás. Ele tenta ocupar novamente o cargo que foi seu de 1994 a 1998, quando ganhou a disputa para o mandato de oito anos como senador.

Alcides Rodrigues apóia o presidente Geraldo Alckmin ao Palácio do Planalto. Seu adversário está com Luiz Inácio Lula da Silva. Alcides tem como propostas "aprimorar área da saúde com destaque para a construção de quatro novos hospitais de emergência; Investir em educação com destaque para implantação de escolas de tempo integral no ensino fundamental e investir em segurança Pública com destaque para projeto para baixar o índice de criminalidade no Estado".

São propostas de Maguito Vilella: Regionalizar a saúde, com destaque para a criação de 158 leitos de UTI e 124 leitos cirúrgicos e clínicos no interior de Goiás; Asfaltar todas as ruas de terra habitadas de Goiás; Ampliar o número de famílias beneficiadas com o Renda Cidadã e aumentar o valor do benefício para R\$ 110.

No primeiro turno, Alcides venceu com 48,22% dos votos. Maguito Vilella obteve 41,17% da intenção dos eleitores.

ALCIDES

DEVE SER REELEITO

CANDIDATO DO PP LEVA BOA VANTAGEM SOBRE MAGUITO VILELLA DO PMDB

REPRODUÇÃO



Os dois candidatos se cumprimentam durante o último debate na Rede Globo



RAIOX

Goiás

3.734.185 eleitores

Alcides Rodrigues Filho (PP)

Vice: Ademir de Oliveira Menezes (PP)

Nascimento:

08/10/1950, em Santa Helena de Goiás (GO)

Estado civil

Casado

Coligação

Coligação do Tempo Novo (PP / PTB / PTN / PL / PPS / PAN / PRTB / PHS / PMN / PV / PRP / PSDB / PT do B)

Patrimônio declarado

R\$ 309.919,27

Previsão de gasto na campanha

R\$ 16 milhões

Luiz Alberto Maguito Vilella (PMDB)

Vice: Onaide Silva Santillo (PMDB)

Nascimento:

24/01/1949, em Jataí (GO)

Estado civil

Separado judicialmente

Coligação

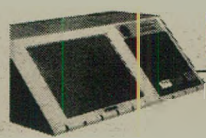
Goiás Melhor para Todos (PMDB / PSC / PRONA / PDT / PTC)

Patrimônio declarado

R\$ 4.670,00

Previsão de gasto na campanha

R\$ 15 milhões



O PMDB pode voltar depois de quatro derrotas consecutivas a governar o Estado do Rio de Janeiro. O seu candidato, Sérgio Cabral é apontado como favorito para derrotar Denise Frossard (PPS), cuja legenda partidária nunca governou o Estado carioca. A última vez que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro venceu no Estado foi com Moreira Franco, em 1986.

A atual governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, mulher de Antônio Garotinho, está no PMDB, porém foi eleita em 2002 pelo PSB. A última pesquisa do Ibope (12/10) aponta Sérgio Cabral com 59% das intenções de voto contra 31% de Denise Frossard (PPS). Os votos brancos e nulos somam 6%. O índice de eleitores indecisos também é 3%.

No primeiro turno, no último dia 1º, Sérgio Cabral venceu com 41,42% dos votos válidos, enquanto que Denise Frossard obteve apenas 23,78% dos votos válidos.

Apesar de estar muito atrás das pesquisas divulgadas, Denise não se considera uma mulher derrotada e garante reverter o quadro no dia da eleição do segundo turno. Entre suas principais propostas estão: Recuperar a auto-estima dos policiais, implantar plano de carreira salarial e equipar as polícias de uma forma melhor e mais inteligente; Reformar os hospitais da rede pública estadual, criar unidades pré-hospitalares para desafogar as emergências e convocar um concurso público para contratar novos profissionais de saúde; Implantar o programa de educação integral do professor Darci Ribeiro, onde os jovens passam praticamente o dia inteiro no colégio e com as mais variadas atividades.

Sérgio Cabral tem com algumas propostas: Construção da linha 3 do Metrô; implantação de postos de saúde 24 horas, e "Choque" de urbanização nas comunidades carentes. O candidato apóia Luiz Inácio Lula da Silva rumo ao segundo mandato no Palácio do Planalto, enquanto que Denise Frossard está com Geraldo Alckmin, apesar dos inúmeros assédios políticos.

Sérgio Cabral de Oliveira Cabral Santos Filho, 43 anos, entrou na política, nos anos 80, participando da campanha do pai à Câmara de Vereadores. Ele é filho do jornalista Sérgio Cabral, um dos criadores de O Pasquim e que é, atualmente, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

CABRAL

É O PREFERIDO

DENISE FROSSARD DISPUTA COM O SENADOR MAIS PMDB DEVE MANTER GOVERNO DO RIO



REPRODUÇÃO

Frossard debateu os problemas do Rio de Janeiro com Sérgio Cabral, que, conforme pesquisa, tem a preferência do carioca



RAIO X

Rio de Janeiro

10.891.293 eleitores

■ Sérgio Cabral de Oliveira (PMDB)

Vice: Luiz Fernando Pezão

Tem **59%** das intenções de voto (Ibope, 12/10)

Nascimento:

27/01/1963, no Rio de Janeiro (RJ)

Estado civil

Casado

Coligação

Unidos pelo Rio (PMDB/PP/PTB/PL/PSC/PMN/PAN/PRONA/PTC)

Patrimônio declarado

R\$ 645 mil

Previsão de gasto na campanha

R\$ 8 milhões

■ Denise Frossard Loschi (PSB)

Vice: Eider Damás (PFL)

Tem **31%** das intenções de voto (Ibope, 12/10)

Nascimento:

06/10/1950, em Carangola (MG)

Estado civil

Solteira

Coligação

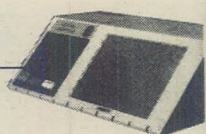
Unir Para Mudar (PPS-PFL-PV)

Patrimônio declarado

R\$ 770 mil

Previsão de gasto na campanha

R\$ 5 milhões



Uma disputa bastante acirrada. Isto é o que está prometendo os grupos de pesquisas em relação à eleição do segundo turno no Pará. O candidato Almir Gabriel (PSDB) e a senadora petista Ana Júlia disputam voto a voto a preferência do eleitorado. No primeiro turno, o tucano venceu com 43,83% dos votos, enquanto sua adversária obteve 37,52%.

Acabar com a hegemonia de 12 anos dos tucanos no Estado do Pará é a pretensão da petista Ana Júlia. Senadora desde 2002, quando foi eleita com número recorde de votos, a candidata iniciou a trajetória política nos movimentos social e estudantil, no início da década de 1980. Disputou a primeira eleição em 1992, elegendose a vereadora mais bem votada pelo PT em Belém.

Entre suas principais propostas de governo na área da segurança pública, a senadora defende o aumento do efetivo policial, ampliando a proporção de pessoal em relação à população, uma deficiência crônica do Estado, já que o Pará tem a quarta pior relação de policiais por habitante do País.

Na saúde, defende a descentralização do atendimento, com o término dos cinco hospitais regionais em construção e a criação de outros três. Para isso, bate na tecla de que a parceria de um eventual governo petista para com um governo federal também petista alavancaria a realização de obras no Estado, como a pavimentação da Santarém-Cuiabá, promessa de vários governos que nunca saiu do papel.

Médico e candidato tucano ao governo do Pará, Almir Gabriel, tenta mais uma vez voltar ao cargo que já ocupou por duas vezes, em 1994 e em 1998, e levar seu partido ao quarto mandato consecutivo à frente do governo estadual. Entre suas principais propostas estão o Programa de Coesão Social, incluindo a criação de uma Secretaria Executiva, para atendimento das carências sociais mais urgentes, com a distribuição da Bolsa Mãe entre mães de menores desnutridos, meninos de rua e adolescentes infratores; Construção de 200 escolas integrais para atender 120.000 crianças de baixa renda entre 5 a 10 anos, e; Programa Mão Firme para combate à criminalidade, contemplando a construção de 44 delegacias integradas (Polícia Civil e PM).

DISPUTA

ACIRRADA NO PARÁ

ALMIR GABRIEL DO PSDB E ANA JÚLIA DO PT DISPUTAM VOTO A VOTO A ELEIÇÃO

REPRODUÇÃO



Almir Gabriel e Ana Júlia mostram suas propostas ao povo do Pará durante debate



RAIO X

Pará

4.157.735 eleitores

■ **Almir José de Oliveira Gabriel (PSDB)**

Vice: Valéria Pires Franco (PSDB)

Nascimento:

18 de agosto de 1932, em Belém (PA)

Estado civil

Casado

Coligação

União pelo Pará (PP-PTB-PSC-PL-PFL-PAN-PRTB-PHS-PMN-PTC-PV-PSDB-PRONA-PT do B)

Patrimônio declarado

R\$ 1.987.322,17

Previsão de gasto na campanha

R\$ 8 milhões

■ **Ana Júlia Carepa (PT)**

Vice: Odair Santos Corrêa (PSB)

Nascimento:

23 de dezembro de 1957, em Belém (PA)

Estado civil

Divorciada

Coligação

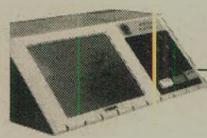
Frente Popular Muda Pará (PRB-PT-PTN-PSB-PC do B)

Patrimônio declarado

R\$ 38 mil

Previsão de gasto na campanha

R\$ 10 milhões



A segunda pesquisa do Ibope, encomendada pelas tevês Paraíba e Cabo Branco, dá vantagem de 8 pontos percentuais para o candidato a reeleição Cássio Cunha Lima (FSDB) disputa com o senador José Maranhão para o Governo do Estado. A pesquisa foi feita sexta-feira (27) e sábado (28) e foram ouvidos 1.204 eleitores paraibanos em 59 cidades do Estado.

Considerando os votos totais (incluindo brancos, nulos e indecisos) Cássio Cunha Lima aparece com 50% das intenções de votos, o mesmo percentual da primeira pesquisa divulgada no último dia 13 de outubro. Já o candidato José Maranhão (PMDB) aparece em segundo lugar com 44% das intenções de voto.

Os eleitores que declaram votar nulo, em branco ou indecisos somam 6%.

Já os dados da mesma pesquisa levando em consideração apenas os votos válidos, ou seja, excluindo os votos brancos e nulos Cássio Cunha Lima mantém o primeiro lugar com 54% dos votos e José Maranhão em segundo, com 46% das intenções de votos. Traduzido em números, esses 8 pontos percentuais representam uma diferença superior a 100 mil votos.

O detalhe dos números trazidos no sábado (28) pelo Ibope é o crescimento de apenas um ponto percentual para o candidato José Maranhão em relação a pesquisa anterior e a diminuição de um ponto para os eleitores que afirmaram votar em branco, anular ou ainda que se declararam indecisos, que passou de 7% para 6%.

IBOPE

APONTA CÁSSIO NA FRENTE

INSTITUTO CONFIRMA VANTAGEM DO GOVERNADOR SOBRE O SENADOR JOSÉ MARANHÃO NA DISPUTA AO GOVERNO DO ESTADO COM DIFERENÇA DE 8 PONTOS

54%



46%



2º TURNO

TRE MOBILIZA 38 MIL PESSOAS PARA O PLEITO

Um contingente de 38 mil pessoas foi mobilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, para a realização deste segundo turno. A informação é do diretor geral do órgão, Anésio Moreno, ao explicar que essa convocação é para reforçar o andamento normal do pleito. O presidente do TRE, Abraham Lincoln, também convocou juizes e promotores para auxiliar nos trabalhos.

De acordo com Anésio Moreno, estarão atuando nas eleições 77

juizes e idêntico número de promotores titulares. O tribunal também designou 94 juizes auxiliares e, junto à Procuradoria Regional Eleitoral, mais 82 promotores auxiliares.

Além disso, em cada seção eleitoral estarão quatro mesários, além da mobilização de outros funcionários públicos – das esferas federal, estadual e municipal – requisitados para atuação nas mais diversas funções necessárias durante o pleito.

Em sete núcleos de apoio técnico, o TRE concluiu no decorrer da semana o processo de carga e lacre, além da distribuição, das 8010 urnas eletrônicas que serão utilizadas pela população neste domingo (29), dia do segundo

turno da eleição, que vai ocorrer das 8h às 17h. Com essa providência na área logística, o diretor geral do órgão, Anésio Moreno, disse que já na última sexta-feira ficou tudo pronto para o pleito.

JUSTIFICATIVA ELEITORAL

O eleitor que estiver fora da cidade onde vota pode se valer da Justificativa Eleitoral para explicar a sua ausência. O diretor geral do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, Anésio Moreno, informou que os formulários ficam à disposição – gratuitamente – nos cartórios eleitorais e nos sites: www.tre-pb.gov.br e www.tse.gov.br, de onde pode imprimir cópia para entregar ao mesário.

Para tanto, Anésio Moreno

esclareceu que o eleitor deve estar, com o formulário, munido do título de eleitor ou documento de identidade, com foto. O preenchimento do número do título eleitoral é obrigatório, disse ele.

Haverá, em João Pessoa, postos de mesas receptoras de justificativas da 76ª Zona Eleitoral no Shopping Sul, no Centro de Veraneio dos Comerciantes (Sesc) na praia de Cabo Branco, na PBTur, no Centro Turístico de Tambaú, e no late Clube da Paraíba. Já na 70ª Zona Eleitoral estarão funcionando mesas receptoras no Caic, em Mangabeira, Fórum desembargador José Flósculo da Nóbrega, em Mangabeira, Fundação Bradesco, no Valentina Figueiredo, na CNEC, no Geisel, e no Posto de Saúde no Conjunto José Américo.